

30 ANOS DO CBCE: OS DESAFIOS PARA UMA ASSOCIAÇÃO CIENTÍFICA*

Dr. VALTER BRACHT

Professor titular do Centro de Educação Física e Desportos (CEFD) da Universidade Federal do Espírito Santo (Ufes)

Doutorado na Universidade de Oldenburg (Alemanha)

Membro do Laboratório de Estudos em Educação Física (LeseF/CEFD/Ufes)

E-mail: valter.bracht@pq.cnpq.br

RESUMO

Discute os impasses acadêmico-políticos que o CBCE vem enfrentando, particularmente no que diz respeito à sua atuação no âmbito da intervenção nas políticas públicas relacionadas ao esporte, à educação física e ao lazer, bem como, as relacionadas à política de ciência e tecnologia, incluída aí a pós-graduação. Além disso, aponta para os dilemas que envolvem historicamente as relações entre os intelectuais e a política e como esses se apresentam no interior dessa associação científica influenciando as decisões e mesmo os seus rumos.

PALAVRAS-CHAVE: Política; ciência; intelectuais; educação física.

* Texto base para palestra proferida durante a programação do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte (CBCE) na Reunião Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) – Campinas, julho de 2008. Embora revisto, fiz a opção de manter a estrutura e as características de uma intervenção oral, inclusive o título formulado pela organização do evento.

INTRODUÇÃO

Mais uma vez exercitamos o "saudável" e importante hábito de refletir sobre o papel do CBCE no plano da sociedade brasileira; refletir sobre seu percurso e também sobre os desafios, impasses e possibilidades em devir. Inicialmente, farei alguns apontamentos que identificam a abordagem que elegi para essa oportunidade.

Mas, antes, para dar o tom de minha intervenção, gostaria de referir um paradoxo identificado e formulado por Zygmunt Bauman sobre as contribuições intelectuais em tempos pós-modernos (ou de modernidade líquida como prefere o autor). Diz ele: "Nos irritamos quando um erudito após ter criticado exaustiva e convincentemente as deficiências de nossa condição, não termina com uma receita para melhorá-la. Mas se ele a desse, nós a enfrentaríamos incrédulos e a ridicularizaríamos como uma utopia a mais. O que caiu em descrédito é a própria atividade de escrever receitas e não apenas essas em particular" (BAUMAN, 1997, p. 273). Com esse pano de fundo, inicio delineando algumas referências e pressupostos que utilizarei.

Um primeiro pressuposto é o de que a análise do papel ou da função que o CBCE vem cumprindo e pode cumprir implica focar tanto os seus processos e relações (de poder) internas enquanto associação que congrega diferentes profissionais com diferentes perspectivas teóricas e políticas, como também focar as relações que ela mantém com outras instituições ou campos sociais, articulando essas análises (e isso talvez seja o mais importante) no contexto dos movimentos societários mais amplos.

Aqui, a perspectiva de análise assumida (e esse é o segundo pressuposto) implica pensar as funções de uma associação que se quer científica no contexto de uma sociedade específica, a brasileira, associação essa constitutiva de um campo acadêmico-social, o que faz com que ela seja vista como participante de uma luta ou disputa para o estabelecimento do sentido legítimo¹ (do que deve ser a educação física e/ou o esporte), portanto, o CBCE é participante do jogo pela definição do que devem ser as práticas sociais que conformam o que denominamos de cultura corporal de movimento², ao mesmo tempo em que se desdobra a luta pela definição da visão de ciência legítima no campo (ou vice-versa). Portanto, duas lutas ou disputas

1. A referência aqui é mesmo à teoria dos campos de Pierre Bourdieu. Para o autor, os campos são ao mesmo tempo "campo de força e campo de lutas que visam transformar esse mesmo campo de forças" (Bourdieu apud PAIVA, 1994, p. 47).

2. É importante lembrar que denominar essas práticas sociais usando a expressão "cultura corporal de movimento" e não a de "atividades físicas", por exemplo, já indica uma posição no campo, portanto na própria disputa.

imbricadas: por um lado, a luta pela definição legítima de ciência (inclusive do que é ou o que configura o próprio campo) – por exemplo: ciência com seus pressupostos de objetividade e neutralidade *versus* ciência enquanto prática social com dimensão política e orientada por uma determinada visão de mundo, evidenciando, assim, diferentes modos de fazer e significar a prática científica –; e por outro lado, mas articulada com as diferentes visões do fazer científico, a luta por um determinado fazer educação física e/ou atividade física e esportiva³.

Nesse contexto, crucial e incontornável é o debate em torno da dimensão política da ciência ou da prática científica, do papel do fazer científico, do papel social e, portanto, político dos intelectuais. No âmbito dessa discussão, é preciso enfrentar o difícil debate em torno das relações entre o epistemológico e o histórico (político).

O CBCE COMO PROTAGONISTA NO CAMPO DA EDUCAÇÃO FÍSICA BRASILEIRA (CIÊNCIAS DO ESPORTE?)

Aqui, desde o início se coloca uma dificuldade. Como sabemos, o CBCE não foi concebido originalmente como uma associação ligada exclusivamente ao campo da educação física⁴ ou a entidade científica que representasse essa área. E pode mesmo não o ser. No entanto, no seu processo histórico (de já trinta anos), logrou constituir-se num agente social importantíssimo desse campo no Brasil. Embora não seja uma unanimidade no campo (seu questionamento e/ou seu reconhecimento fazer parte do processo de luta interna ao campo), pelas suas ações⁵ ao longo desses anos, obteve um amplo reconhecimento de parte significativa dessa comunidade, daí sua importância como protagonista no/do campo. No campo da educação física no Brasil, encontramos outras organizações/associações que apresentam (ou apresentaram) o mesmo caráter do CBCE – portanto, rivalizam ou rivalizaram, pelo menos em parte, com ele (Sociedade Brasileira para o Progresso da Educação

3. No caso do campo educacional, do qual a educação física também faz parte, uma determinada visão de prática educativa ou concepção de educação.

4. Estou utilizando o termo “educação física” para fazer referência a um campo que congrega uma prática de intervenção em diferentes instâncias sociais (escolas, clubes, academias etc.) e, simultaneamente, a formação profissional e a produção acadêmica. Outras denominações, mais recentes, são utilizadas e com ela rivalizam (ciência da motricidade humana, cinesiologia, ciências do movimento humano e mesmo ciências do esporte), mas, ao menos no Brasil, predomina a expressão educação física (na própria Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Capes – a área é assim denominada).

5. Publicação de uma revista científica, realização de congressos, diferentes representações e intervenções no âmbito das políticas públicas etc.

Física; Sociedade Brasileira de Motricidade Humana; Federação Internacional de Educação Física (Fiep) seção Brasil, poderíamos ainda citar o próprio Conselho Federal de Educação Física (Confed) e as associações científicas mais específicas, como, por exemplo, a Sociedade Brasileira de Biomecânica –, o que é, também, uma expressão da mesma luta presente no campo. No plano acadêmico (da produção acadêmica), a questão complexifica-se porque o CBCE interage e convive com organizações acadêmicas de outras disciplinas científicas, como por exemplo a sociologia, a antropologia, a fisiologia e a educação (áreas com maior tradição e mais consolidadas) que apresentam ramos organizativos e produtivos que focam os fenômenos também tratados academicamente pelo campo da educação física (como a sociologia do esporte ou a fisiologia do exercício), aspecto que foge ao escopo do presente texto discutir mais aprofundadamente.

De qualquer forma, o foco privilegiado nesse momento diz respeito ao papel do CBCE como protagonista do campo da educação física. Para tanto, retomaremos alguns desdobramentos históricos já analisados por Paiva (1994) em sua dissertação de mestrado, embora aqueles fossem limitados ao período de 1978 a 1993.

Exatamente por serem espaços de luta, os campos passam por reordenações, muitas vezes pelo sucesso de estratégias de subversão. A história do CBCE reflete isso. Paiva (1994, p. 95-96) identificou em relação às categorias Ciência, Educação Física, Ciências do Esporte e Esporte, ao longo dos anos de 1978 a 1993, as seguintes visões e respectivas reordenações:

1978-1985

- A ciência e a prática científica são neutras e “possuem” a verdade.
- Fazer ciência é medir e comparar dados.
- Educação Física é capacitar fisicamente os indivíduos. É praticar atividade física sistemática ou assistematicamente.
- As ciências do esporte são as diversas ciências instrumentalizando a “melhor” forma de fazer atividade física e praticar esportes.
- Esporte é a prática de uma modalidade esportiva. É fazer uma atividade física sistemática ou assistematicamente.

1985-1989

- A ciência e a prática científica são instâncias ideológicas que devem trabalhar para a “transformação social”.
- Fazer ciência é analisar um dado fenômeno de forma a possibilitar uma interferência no mesmo visando conservá-lo ou transformá-lo.
- Educação Física é uma atividade escolar que deve saber oferecer e avaliar experiências motrizes adequadas à faixa etária e à individualidade de cada aluno, calcada nos princípios fisiológicos e neuro-motores.

- As “ciências do esporte” são a educação física transformada em ciência, tenha ela o predicativo de “do movimento”, “da motricidade humana”, “do esporte” (no singular) ou “da Educação Física”.
- Esporte é uma “parte” da Educação Física que deve ser ensinado na escola com base nas capacidades e potencialidades de cada aluno e sua faixa etária.

1989-1993

- A ciência deve discutir na sua dimensão epistemológica a sua dimensão ideológica.
- Fazer ciência é analisar e teorizar um dado fenômeno, buscando instrumentalizar uma possível e necessária intervenção no real.
- Educação Física é uma disciplina curricular que deve tematizar o movimento humano, a cultura física e/ou a cultura corporal.
- As “ciências do esporte” são a assunção valorativa de que é possível e necessário tratar do ponto de vista científico fenômenos referentes à prática pedagógica, à prática de atividades esportivas, o esporte, o lazer, o movimento, o corpo etc.
- O esporte pode ser um conteúdo tematizado na escola pela disciplina de EF, na sua prática e na elucidação desse fenômeno como um dos fenômenos sócio-culturais mais significativos da modernidade, que se relaciona diretamente com a EF na medida em que se liga às discussões sobre o lazer.

Observa ainda Paiva (1994, p. 96):

É possível observar ainda que essas representações nos remetem às práticas administrativas condizentes com as representações de ciência e de fazer científico – e seus desdobramentos – já evocados. Isso porque, recapitulando, toda estrutura constitutiva dos sistemas simbólicos se condiciona de forma estruturante e estruturada visando atender e fomentar “necessidades” compatíveis com os interesses dos grupos mandantes (e/ou mandatários) que detêm o poder de enunciação. No caso das “ciências do esporte” não esqueçamos que esse poder de enunciação deve legitimar o que era (é) necessário pesquisar, designando “o que”, seu “como” e porquê. Porquê esse, não obstante, definido na enunciação legítima do fazer legítimo em Educação Física.

O que observamos nessa caracterização de Paiva (1994) é que as diferenças e as tensões no interior do CBCE giram em torno da visão de ciência, particularmente da relação entre ciência e política (aspecto agudizado na década de 1980 em função do contexto político brasileiro) e, conseqüentemente, da visão do papel social da educação física ou das práticas corporais (atividade física e esportiva) da população em geral.

Cabe salientar que o CBCE a partir de meados da década de 1980 reflete e é participante ativo de um processo de repensar a prática social educação física, incluído aí o esporte (campo que era, à época, sua referência maior). Na configuração das relações de força no interior do campo da educação física a partir da década de

1990, o CBCE, majoritariamente, em função dos grupos que assumem sua direção, vai constituir-se num espaço, num ator, situado no espectro contra-hegemônico em relação à visão de ciência predominante, bem como, à visão do que deveria ser a intervenção no campo da educação física e do esporte. Isso significou a ruptura com a ideia de que a entidade poderia constituir-se numa grande e harmoniosa família⁶, unida pelos ideais de uma ciência neutra. O conhecido “cisma” ocorrido durante o Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte (Conbrace) realizado em 1989 em Brasília, palco de uma acirrada disputa eleitoral pela direção do CBCE, é paradigmático nesse caso. Os grupos hegemônicos no campo como um todo buscaram, naquela ocasião, reassumir a direção do CBCE e, não logrando êxito, retiraram-se da entidade buscando construir e legitimar (legitimamente, diga-se de passagem) outros e novos fóruns (novos espaços de legitimação).

A relação entre ciência e política com P maiúsculo, como diria Bauman), ou o engajamento político dos intelectuais ou “cientistas”, é crucial para entender as tensões do campo que envolveram (e envolvem) o CBCE. Essa tensão no interior do CBCE foi marcada fortemente pelos desdobramentos sociopolíticos mais amplos da sociedade brasileira nas décadas de 1980 e 1990. Não desenvolverei esse tema aqui, mas fica o registro de que em tempos de crise, ruptura e efervescência política as diferentes organizações da sociedade civil, inclusive as acadêmicas ou científicas e mesmo os intelectuais individualmente, são chamados mais fortemente a pronunciarem-se e envolverem-se mais diretamente na cena política, basta lembrar a polêmica decisão do Conselho Deliberativo da SBPC na sua Reunião Anual de 1992 na Universidade de São Paulo (USP), de publicar um manifesto apoiando o impedimento do presidente da República à época o sr. Fernando Collor de Melo⁷. Um outro episódio histórico que provocou um amplo debate sobre o engajamento dos intelectuais em movimentos políticos foi a revolta de estudantes de 1968. Nesse episódio, vários importantes intelectuais (entre eles J. P. Sartre e M. Merleau-Ponty na França e T. Adorno e H. Marcuse na Alemanha) assumiram posições distintas, posições defendidas, no caso dos franceses, em uma importante troca de cartas (publicadas pelo Caderno Mais! da *Folha de S.Paulo* de 14 de agosto de 1994).

-
6. Em debates (e nos bastidores) algumas análises personalizam excessivamente as causas de alguns desdobramentos envolvendo a história e o papel do CBCE. Entendemos que essas análises têm pouco alcance explicativo, já que para além (e aquém) do envolvimento pessoal existem posições ideológicas (no sentido de ideais) em jogo e disputa, que são forjados coletiva e socialmente.
 7. O debate e a polêmica à época giraram em torno da questão: deve uma entidade científica envolver-se tão diretamente numa questão política a ponto de apoiar a destituição de um presidente da República?

A partir dos anos de 1990, com o progressivo aperfeiçoamento da democracia em nosso país (não sem retrocessos pontuais), as diferentes organizações da sociedade civil foram instadas a repensar, reestruturar, ressignificar sua participação no cenário político ou suas relações com a sua própria dimensão política (isso vale também para os sindicatos, inclusive de professores, movimentos sociais como o movimento estudantil, por exemplo). São notórias e muito desafiadoras as dificuldades desses movimentos na busca de uma inserção nesse “novo” jogo político que se está construindo, qual seja, o de inventar constantemente a democracia brasileira⁸. De certa forma, essa reordenação e ressignificação das relações do CBCE, enquanto associação científica, com seu papel político gerou também no seu interior tensões entre diferentes grupos (depois de uma certa frente que aplainava algumas diferenças). Destaco que, de qualquer forma, esse clima de menor acirramento ou efervescência política levou (particularmente nos anos de 2000) a uma distensão no campo que permitiu reascender a intenção e a possibilidade de uma (re)conciliação de interesses e ações (ou pelo menos um maior diálogo) entre diferentes posições e concepções presentes no campo como um todo.

Pela sua trajetória histórica, o CBCE ficou marcado no campo como uma instância representativa de um determinado grupo ou segmento e não do campo como um todo. Isso, obviamente, coloca sempre em dúvida a sua representatividade, ou a qualifica como uma legitimidade e representatividade apenas parcial. Essa situação levou as mais recentes direções do CBCE a empreender ações que pudessem atrair pesquisadores e lideranças que dele se haviam distanciado e que representam posições e concepções não hegemônicas em seu interior. Essas ações visavam não só fortalecer a associação, mas também fortalecer o próprio campo da educação física nas lutas no âmbito do campo científico mais amplo (por exemplo: por recursos nas agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação). Um receio, já manifestado, é o de que essa “acomodação” pode significar uma também “acomodação” da associação às regras dominantes no campo científico maior, portanto, com custo para o papel de resistência que o CBCE vem historicamente desempenhando no campo⁹. Em contrapartida, a própria comunidade do campo, por razões

-
8. Para os movimentos sociais de esquerda todos os desdobramentos políticos e históricos do final do século passado envolvendo os países do assim chamado “real e existente socialismo” (simbolizados na queda do muro de Berlim), bem como o atual processo chinês, aumentam a pressão e as dificuldades de definir a meta política: se ainda o socialismo e, caso positivo, qual? Ou então, assumir como central o debate político em torno da questão da democracia (e qual?). No caso brasileiro particularmente, soma-se a essa dificuldade o fato de que assumiu o governo federal um partido autoproclamado socialista.
 9. Para essa “acomodação”, a revista precisava assumir novas características, os critérios internos para

corporativas, gostaria de contar com uma associação científica forte e representativa que tivesse poder para representar o campo da educação física no campo científico maior, ou seja, um maior poder de interpelar o Estado no âmbito da política de ciência e tecnologia. No entanto, em função exatamente de sua história, o CBCE é visto com desconfiança, particularmente por aqueles que ainda entendem ser a ciência uma prática acima dos diferentes interesses e visões sociais, portanto, políticos. Uma das consequências, na minha visão, é de que esse aprofundamento da adaptação do CBCE aos códigos do campo científico maior, onde predomina e domina uma determinada visão de ciência, particularmente no âmbito das ciências da saúde, tende a fazer com que as ações da associação se distanciem da intervenção – esse aspecto será retomado a seguir. Uma das ações mais significativas das últimas diretorias foi a construção de um Fórum de Pós-Graduação. A comunidade do CBCE e suas diretorias entenderam que, dada a importância da pós-graduação no sistema de ciência e tecnologia brasileiro, seria fundamental e estratégico intervir na vida da pós-graduação da área da educação física. Isso tem provocado um novo foco de tensão na área em função das posições majoritariamente presentes no CBCE que, em parte, rivalizam com as posições dominantes no campo como um todo. Essas diferentes visões dificultam a adesão dos programas de pós-graduação ao fórum, caso o CBCE não assuma uma posição claramente corporativa e consoante com a política de pós-graduação brasileira.

Existem diferentes posições no interior do CBCE a respeito da forma como encaminhar a participação da associação nesse processo. Desde aqueles que entendem que ela deve aceitar as regras do jogo acadêmico estabelecido e, com isso, colocar-se como representante dos interesses gerais da área, até aqueles que entendem que o CBCE deveria confrontar mais fortemente as normas dominantes assumindo o ônus de representar apenas parte (leia-se, minoria) do campo. Além desse dilema, disputam internamente as diferentes visões da relação entre ciência e política.

A esse respeito, no estatuto do CBCE pode-se ler no inciso “d” do artigo 2º como sendo objetivo da associação: “Posicionar-se em questões de políticas referentes às áreas com as quais guarda relação de estudo e produção do conhecimento” (CBCE, 2006).

A título de exemplo, cito também o que consta da apresentação da Anped, como um dos seus objetivos: “Promover a participação das comunidades acadêmica e científica na formulação e desenvolvimento da política educacional do país, especialmente no tocante à pós-graduação” (ANPED, s.d.).

eleição de dirigentes precisaram ser alterados, exigindo-se o título de doutor para os cargos de direção etc.

Ou seja, as duas associações¹⁰ propõem-se a influenciar as decisões sobre as políticas públicas afetas às suas respectivas áreas (política científica, mas também, política educacional, esportiva etc.). Enquanto o estatuto do CBCE propõe que este (como associação) se posicione em relação às políticas (em todas as áreas com as quais guarda relação de estudo e de produção de conhecimento), no caso da Anped, a redação indica na direção de que a entidade deve promover a participação da comunidade acadêmica na formulação e desenvolvimento da política educacional do país. Essa diferença suscita diferentes perguntas: seria diferente a associação representar a comunidade e posicionar-se em seu nome em vez de ela promover fóruns e possibilidades nas quais seus filiados posicionam-se, ou seja, não se autorizando que a direção fale em nome da associação? Como se dão os processos internos que culminam com a construção de uma posição oficial da associação? Como são tratadas nesses processos as diferenças internas? Qual a qualidade política desses processos? Esse parece ser já um grande desafio (trata-se do complexo e difícil tema do exercício da delegação/representação): se a decisão for participar como associação, com posição, é preciso dedicar muita atenção ao processo interno de construção dessa posição – na maioria das vezes, as posições refletem o pensamento da diretoria ou então do grupo que representam.

Entretanto, a questão da intervenção política por parte dos intelectuais e/ou cientistas foi desde sempre polêmica. Uma postura, amplamente dominante por um longo período, advogava a intervenção paradoxalmente a partir exatamente da neutralidade política da ciência. Nesse caso, central é seu entendimento de verdade calcado no realismo. Outra postura advogava a intervenção a partir do pressuposto da objetividade e da verdade histórica. Ambas posições estão baseadas em posturas epistêmicas que postulam um acesso privilegiado à verdade (leitura correta do real objetivo; teoria como representação do real); postulam uma relação entre o conhecimento “científico” e a política sumarizada na metáfora de Bauman (1997), como a de “legisladores” (intelectuais legisladores). Ou seja, desvelando o movimento do real ou captando suas leis objetivas positivas e/ou históricas, podemos derivar as ações políticas necessárias. Em contrapartida, as posturas que postulam a provisoriidade, a relatividade da verdade científica ou seu caráter processual (antifundacionalistas, deflacionistas, relativistas), não conferem esse poder ao conhecimento científico e aos seus portadores (privilegiados). Isso não significa isenção ou abstenção de

10. Uma visita a página web da Anped é reveladora da ação política da associação. Na página inicial constavam, no dia 11 de fevereiro de 2009, as seguintes manchetes: “Anped representa as entidades acadêmicas na Conferência Nacional de Educação”; “Presidente da Anped participa de reunião no CNPq”; “Anped discute as políticas de formação de professores no CNE”.

intervenção no processo histórico, mas, sim, participação a partir de outros pressupostos, como por exemplo o de que não existe possibilidade de definir *a priori* qualquer padrão substantivo de sociedade justa ou virtuosa.

Recentemente no debate sobre o “silêncio dos intelectuais”, a filósofa Marilena Chauí (2006), em sua intervenção, faz uma longa e interessante citação de Bourdieu que vale a pena reproduzir aqui:

Os intelectuais surgiram historicamente no e pelo ultrapassamento da oposição entre a cultura pura e o engajamento. São por isso seres bi-dimensionais. Para invocar o título de intelectual, os produtores culturais precisam preencher duas condições: de um lado, pertencer a um campo intelectualmente autônomo, independente do poder religioso, político, econômico e outros, e precisam respeitar as leis particulares desse campo; de outro lado, precisam manifestar sua perícia e autoridade específicas numa atividade política exterior ao campo particular de sua atividade intelectual. Precisam permanecer produtores culturais em tempo integral sem se tornar políticos. Apesar da antinomia entre autonomia e engajamento, é possível mantê-los simultaneamente. Quanto maior a independência do intelectual com relação aos interesses mundanos, advindo de sua mestria, tanto maior sua inclinação a asseverar essa independência, criticando os poderes existentes e tanto maior a efetividade simbólica de qualquer posição política que possam tomar (Pierre Bourdieu. *The corporatism of the universal: the role of intellectuals in the modern world* (TELOS, 1989, p. 99).

Essa bidimensionalidade, ou, permitam-me falar com Bauman, essa ambiguidade, é insuperável. Habermas a expressa em relação à filosofia da seguinte forma: “A filosofia e a democracia não são apenas do mesmo contexto de origem histórica, mas dependem estruturalmente uma da outra. O efeito público do pensamento filosófico necessita, numa medida especial, da proteção institucional da liberdade de pensamento e de comunicação; inversamente, um discurso democrático, sempre ameaçado, também depende da vigilância e da intervenção desse guardião público da racionalidade” (HABERMAS, 2004, p. 324).

Boa parte da comunidade acadêmica da educação física gostaria de ver o CBCE apenas como um espaço em que as diferentes “especialidades” ou subáreas pudessem veicular e afirmar o conhecimento produzido, circunscrevendo sua intervenção ao próprio campo acadêmico, bem a gosto da racionalização utilitarista¹¹. A isso, não nos parece mais possível (ou interessante) opor uma postura de engajamento político do tipo “legislador”. É preciso reconhecer que essa pretensão estava baseada na ideia de que algum grupo ou categoria social tenha um acesso

11. Esse esvaziamento político prepara o terreno para a afirmação do discurso da competência especializada: o técnico especialista é que precisa ser ouvido para sabermos o que fazer.

privilegiado à verdade¹². Entendo, na esteira de Habermas (2004), que devemos abandonar a atitude de detentores das chaves e providenciar, de maneira menos dramática, uma orientação ao mundo da vida¹³.

Outra tensão identitária que perpassa o CBCE é aquela provocada pela pressão para que opte por ser uma associação centrada ou organizada a partir dos interesses estritamente acadêmicos da área; uma associação, por exemplo, da pós-graduação. Por que se constitui como tensão? Porque a educação física é fundamentalmente uma prática social de intervenção. Distanciada da intervenção a pós-graduação estaria comodamente instalada na ambiência acadêmica, sendo sua qualidade avaliada não em termos da qualidade política¹⁴ de sua produção, e sim a partir de critérios do próprio mundo acadêmico (os tais fatores de impacto que se constituem a partir do número de citações em periódicos indexados). Parece haver uma incompatibilidade entre atender aos critérios acadêmicos e atender às demandas da prática/intervenção, o que tem contribuído para um certo “desligamento” da produção acadêmica da intervenção.

REFLEXÕES FINAIS

Parece-me que o CBCE pode reconhecer-se como protagonista de um campo, o campo da educação física¹⁵, sem ferir o princípio da pluralidade e sem abrir mão do intercâmbio com outras áreas do conhecimento. Isso pode ajudar a se ter uma referência mais clara para a interação com outras áreas ou outros campos. O CBCE não precisa sofrer de uma crise de identidade por essa causa em função do seu mito fundador das etéreas “ciências do esporte” ou do fantasma de uma “ciência da motricidade humana”.

Mas isso implica reconhecer a intervenção como o núcleo gerador de sentido da própria área. Isso significa também não permitir que a produção do conhecimento aprofunde o distanciamento ou desligamento da intervenção. Isso colaboraria para sustar o processo de produção de conhecimento “desacompanhado de motivação e interesse vital” (GIACÓIA JR., 2006).

12. Resta saber se a noção de verdade, como quer Rorty (2000), não nos é útil, e, quem sabe, mesmo perigosa.

13. Esses aspectos já foram por mim discutidos em duas outras oportunidades. Em Bracht (1999), no capítulo “Epistemologia e política na educação física brasileira”, e, mais recentemente, no artigo sobre o debate entre Rorty e Habermas (BRACHT, 2004).

14. Termo utilizado por Pedro Demo (1989) para referir-se à relevância social do conhecimento produzido, considerado um critério fundamental para avaliar a qualidade desse mesmo conhecimento.

15. Essa é uma opção simultânea e ambivalentemente política e epistemológica. Isso teria a vantagem de nos poupar o esforço desgastante e, nesse caso, inócuo de “fundar” uma nova ciência.

Aprofundar a democracia interna é outro passo importante, o que hoje implica intensificar e qualificar a participação dos associados na vida da entidade. O desafio é constituir redes comunicativas capazes de orientar e criticar reflexivamente as decisões políticas. Ou como quer Habermas (apud SILVA, 2008, p. 15) “uma esfera pública atuante... caracterizada pela constituição de redes comunicativas capazes de orientar e criticar reflexivamente os resultados das instituições burocráticas de tomadas de decisão”. Em contrapartida, porque vivemos um momento histórico em que há um encolhimento dos espaços públicos e um alargamento do espaço privado (particularmente no âmbito da produção do conhecimento), o CBCE, como espaço público – participante na configuração do espaço público –, assume um papel de extrema relevância na democracia (pelo menos) da área. Nesse sentido é bom lembrar com Bouveresse apud Lahire (2002, p. 43) que, se “o direito de crítica pertence a todos, o dever de aceitar a crítica se impõe a todos”.

Por fim, uma vez que as reflexões aqui feitas indicam muito mais dificuldades e impasses do que caminhos, portanto, são uma quase impossibilidade, reafirmo de forma paradoxal que o CBCE continua a ser aquele lugar/espaço impossível mas absolutamente imprescindível para uma educação física que se quer protagonista de uma sociedade democrática.

30 years of CBCE: challenges to a scientific association

ABSTRACT: The paper discusses the academical and political dilemmas that challenge Brazilian College of Sport Science (CBCE), especially in sense of its enterprise in public policies of sport, physical education and leisure, as well as those linked to science and technology, including postgraduate studies. The paper points out the historic problems in the relations of intellectuals and politics, and how the seconds act in this scientific association, their influences in its ways and decisions.

KEYWORDS: Politics; science; intellectuals; physical education.

30 años del CBCE: los desafíos para una asociación científica

RESUMEN: Discute los trances académico-políticos que el CBCE viene afrontando, en especial a lo que se refiere a su actuación en el ámbito de la intervención en las políticas públicas relacionadas al deporte, a la educación física y al ocio, así como, las relacionadas a la política de ciencia y tecnología, incluido ahí el postgrado. Además de esto, apunta para los dilemas que envuelven históricamente las relaciones entre los intelectuales y la política y como estos se presentan en el interior de dicha asociación científica influenciando las decisiones y hasta mismo sus rumbos.

PALABRAS CLAVES: Política; ciencia; intelectuales; educación física.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO. *Apresentação...* S.d. Disponível em: <www.anped.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2009.

BAUMAN, Z. *Legisladores e intérpretes: sobre la modernidad, la postmodernidad y los intelectuales*. Buenos Aires: Universidad Nacional de Quilmes, 1997.

BRACHT, V. *Educação física & ciência: cenas de um casamento (in)feliz*. Ijuí: Unijuí, 1999.

_____. Contextualismos e universalismo na formação continuada de professores de educação física: entre Rorty e Habermas. In: ROMANOWSKI, J. P.; MARTINS, P. L. O.; JUNQUEIRA, S. R. A. (Orgs.). *Conhecimento local e conhecimento universal: a aula e os campos do conhecimento*. V. 3. Curitiba: Editora Champagnat, 2004. p. 189-199.

COLÉGIO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DO ESPORTE. *Estatuto*. Florianópolis: CBCE, 2006. Disponível em: <www.cbce.org.br>. Acesso em: 13 fev. 2009.

CHAUÍ, M. Intelectual engajado: uma figura em extinção? In: NOVAES, A. (Org.). *O silêncio dos intelectuais*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006. p. 19-44.

DEMO, P. *Metodologia científica em ciências sociais*. São Paulo: Atlas, 1989.

FOLHA DE S.PAULO. Caderno Mais! São Paulo, n. X, 1994. Suplemento.

GIACÓIA JR., O. Crítica e filosofia. In: CONGRESSO INTERNACIONAL TEORIA CRÍTICA, I., 2006, Piracicaba. *Anais...* Piracicaba: PPGE/Unimep, 2006. p. 1.293-1.302.

HABERMAS, J. *Verdade e justificação: ensaios filosóficos*. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LAHIRE, B. Reprodução ou prolongamentos críticos? *Educação & Sociedade*, ano XXIII, n. 78, p. 37-55, abr. 2002.

PAIVA, F. *Ciência e poder simbólico: no Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte*. Vitória: Centro de Educação Física e Desportos/Ufes, 1994.

RORTY, R. *Pragmatismo: a filosofia da criação e da mudança*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.

SILVA, F. G. Emancipação, esfera pública e direito: uma introdução à teoria crítica de Habermas. *Mente, Cérebro e Filosofia*, São Paulo, n. 8, p. 6-16, 10 maio 2008.

Recebido: 13 jan. 2009

Aprovado: 20 fev. 2009

Endereço para correspondência
Valter Bracht
Rua Edson Queiroz do Vale, 18 – Cond. Mar Azul – Bairro Manguinhos
Serra-ES
CEP 29173-079